

Devastação ecológica e covid-19

Guilherme Gravina Pereira¹
Alexsandro Melo Medeiros²

Resumo

O ensaio aborda a interação causal entre a pandemia de Covid-19 e a devastação ecológica do planeta. Destaca-se em primeiro plano a produção concentrada de alimentos do agronegócio e a emissão de CO₂ resultante da queima de combustíveis fósseis. Utilizamos como método as investigações interdisciplinares do epidemiologista Robert G. Wallace. Esse método revela que na origem da pandemia encontra-se o modo de utilizar a terra e de produzir os alimentos.

Palavras-chave: Patógenos; Agronegócio; Desflorestamento; Ecologia; Combustíveis fósseis.

Abstract

The essay addresses the causal interaction between the Covid-19 pandemic and the ecological devastation of the planet. In the foreground, the concentrated production of food in agribusiness and the emission of CO₂ resulting from the burning of fossil fuels stand out. We used as a method the interdisciplinary investigations of the epidemiologist Robert G. Wallace. This method reveals that at the origin of the pandemic lies the way of using the land and producing food.

Keywords: Pathogens; Agribusiness; Deforestation; Ecology; Fossil fuels.

1. Introdução

A pandemia de Covid-19 não pode ser compreendida separando-a do sistema de produção econômico envolvendo a questão energética e a ambiência ecológica.

O presente ensaio tem por objetivo sublinhar o caráter nocivo, do ponto de vista ecológico, da emissão de CO₂ na atmosfera com o ininterrupto uso dos combustíveis fósseis (carvão mineral e petróleo) desde meados do século XVIII. Convém assinalar que esses combustíveis encontram-se em fase terminal, mas não há dúvida de que a energia dos fósseis ainda movimentava a economia mundial.

Nosso ponto de partida, o desequilíbrio entre natureza e economia como uma das causas estruturais da pandemia, é a reflexão de Robert G. Wallace, biólogo e epidemiologista que correlacionou os surtos endêmicos e pandêmicos às grandes empresas que controlam o mercado e a produção alimentar, farmacêutica e química. Estamos nos referindo aos livros *Big Farms Make Big Flu: Dispatches on Influenza, Agribusiness, and the Nature of Science* (2016) e *Dead Epidemiologists: On the Origins of Covid-19* (2020).

1 Bacharelado e licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (ICHL/UFJF). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Políticas Públicas da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/UFJF). gravina.guilherme@estudante.ufjf.br.

2 Bacharelado e licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Sociedade e Cultura da Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor Adjunto da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). alexsandromedeiros@ufam.edu.br.

Robert Wallace (2016; 2020) põe em relevo a relação de causa e efeito entre a concentração financeira capitalista, a centralização da produção de alimentos e a saúde. Dessa conjunção entre regime econômico e produção alimentar originam-se os novos patógenos responsáveis pela Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), a cepa viral da Covid-19. O autor coloca em realce o nexu agronegócio, desflorestamento e enfermidade.

As duas grandes crises com as quais nos defrontamos na contemporaneidade estão entrelaçadas, a saber: a energética e a ecológica. Fato é que está cada vez mais desconectado o metabolismo entre humanidade e natureza. No mês de março de 2020, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), apontou que o surto de Covid-19, de origem zoonótica, é consequência da degradação ambiental em âmbito mundial.

2. Os combustíveis fósseis na História

No século XVIII, à altura de 1765, surgiu a energia fóssil do carvão mineral junto com a tecnologia da máquina a vapor aprimorada pelo escocês James Watt. Dessa combinação entre energia fóssil e tecnologia da máquina a vapor resultou a Revolução Industrial. Sua ocorrência se deu na Inglaterra, país de abundantes recursos carboníferos que assumiu a hegemonia mundial com siderurgia, ferro, navio, ferrovia e poderio militar.

Posteriormente, em 1870 na Pensilvânia, Estados Unidos da América, houve a descoberta do petróleo. Concentrado e de uso mais fácil do que o carvão mineral – por estar em forma líquida – este combustível traria enorme riqueza e poder aos EUA, país que tomou a dianteira no processo de desenvolvimento industrial durante o século XX. O petróleo foi responsável pelo surgimento do motor à combustão, a partir do qual foram criadas as indústrias, automobilística e da aviação. Com esses dois exemplos, Inglaterra e Estados Unidos da América, fica evidenciado que o desenvolvimento econômico requer como condição necessária a existência de energia abundante.

O que estamos presenciando nos dias de hoje é o dramático esgotamento do petróleo e a interdição, por motivos ecológicos, do uso de carvão mineral. As grandes potências hegemônicas procuram soluções – por meio de pressões econômicas ou intervenções bélicas – à exaustão do petróleo. Simultaneamente à crise energética há a devastação ecológica causada pelo lançamento de dióxido de carbono na atmosfera em decorrência da queima dos combustíveis fósseis. Eis os efeitos do colapso ecológico: a chuva ácida, o efeito “El Niño”, a acidificação dos oceanos, a extinção de inúmeras espécies, os tufões, a desertificação, a degradação dos rios, das lagoas, dos mares, a contaminação dos solos e a explosão das zoonoses.

Tais calamidades exemplificadas acima revelam a desarmonia cada vez maior entre humanidade e meio ambiente, razão pela qual poderíamos dizer que esta questão se apresenta como o maior desafio de nosso tempo. À face do exposto, múltiplos especialistas procuram chamar atenção para estes frequentes cataclismos alertando-nos que se medidas não forem tomadas de imediato, notadamente por parte dos dirigentes das nações industrialmente desenvolvidas, essa destrutiva predação dos ecossistemas progressivamente nos levará a auto extinção da raça humana. Está em jogo também a possibilidade trágica de, diante dos avanços tecnocientíficos, destruímos o próprio planeta. Vale mencionar algumas das teorias como a da complexidade de Morin (2001), a ecologia profunda de Capra (2000)³, a hipótese de Gaia de Lovelock (CAPRA, 2000). A questão ambiental não é apenas ecológica, mas diz respeito ao nosso entendimento da realidade, ao seu questionamento que é ao mesmo tempo um questionamento do ponto de vista ontológico, cosmológico e epistemológico, ou seja, da forma como a nossa civilização compreende o ser, os entes e as coisas.

A crise ambiental é acima de tudo um problema de conhecimento, o que nos leva a repensar o ser do mundo complexo, a entender suas vias de complexificação (a diferença e o enlaçamento entre a complexificação do ser e o pensamento) para, a partir daí, abrir novas pistas para o saber no sentido da reconstrução e da reapropriação do mundo. (LEFF, 2007, p. 191).

De todos os colapsos ambientais o mais grave (porque atinge o planeta globalmente) é a mudança climática com o progressivo aquecimento da atmosfera, o qual altera o equilíbrio termodinâmico da Terra. O aquecimento global é consequência de um sistema energético que não deixa de afetar a saúde, ou seja, é um processo de danificação gastroalimentar (WALLACE, 2016). Quem produz o alimento produz o fármaco, de modo que o supermercado se torna inseparável da drogaria. Do aquecimento progressivo e acelerado do clima decorrem as elevações dos níveis das marés engolfando ilhas e regiões litorâneas. As geleiras da Antártida estão derretendo, o que coloca o perigo de cidades inteiras à beira mar serem submergidas de um dia para outro, assim como o Himalaia glacial pode desaparecer, provocando a secura dos rios e a consequente emigração da população, além de doenças e epidemias por falta de água ou água poluída.

Os desarranjos dos ecossistemas mencionados são designados por crise da natureza ou crise ecológica, mas nesse aspecto há que deixar claro que tais crises não são engendradas pela

3A ecologia profunda foi criada em 1973 pelo filósofo norueguês Arne Naess. Além de Naess, um dos autores que mais tem contribuído para a divulgação desta nova visão de mundo tem sido o físico e ambientalista, Fritjof Capra, que propõe, em suas obras, uma mudança de paradigma, uma nova compreensão da vida e do mundo: de uma visão de mundo mecanicista para uma visão de mundo ecológica (MEDEIROS, 2012, p. 83).

natureza. No passado da história humana, de acordo com Robert Wallace (2016), houve algumas calamidades ecológicas, consequência de acidentes que ocorriam de tempos em tempos e isoladamente, ou seja, em determinados pontos e lugares da Terra. Hoje a mudança climática está globalizada.

É comum nos depararmos com a desinformação divulgada pelos meios de comunicação de que o ser humano está agredindo o meio ambiente. Devemos nos perguntar: por que isso acontece somente agora, se o homem tem vivido há milênios na Terra? O problema não deve ser situado de modo abstrato no indivíduo ou no ser humano (WALLACE, 2016; 2020).

Torna-se cada vez mais alarmante o equilíbrio do planeta, como atestam as reflexões advindas de sucessivos encontros de cientistas em Tóquio, Copenhague, Paris, Rio de Janeiro denunciando a emissão do CO₂. De acordo com Robert Wallace (2016; 2020) a ecologia em crise não se origina da natureza em si mesma. A depredação do meio ambiente é engendrada por uma organização econômica regida pela busca do lucro.

A propósito, não deixa de ser um disparate falar em ecocapitalismo, pois talvez haja uma contradição insolúvel entre a ecologia e o lucro como sistema (Wallace, 2016). É que a degradação ambiental aumenta quanto mais expande o capital em todas as latitudes. A devastação dos ecossistemas afeta inclusive a acumulação de capital além de colocar em risco a sobrevivência da humanidade. Robert Wallace (2016) explica o aquecimento global como uma resultante do desequilíbrio climático provocado pela emissão do CO₂. A ciência ecológica mostra que a deterioração ambiental não se limita a um mero acidente contingencial que se manifesta em pontos isolados do planeta.

Wallace (2016; 2020) insiste em sua obra que a tecnologia em si mesma não é a salvação. O problema ecológico não restringe-se à esfera técnica pressupondo que a aniquilação do meio ambiente possa ser sanada com aparatos tecnológicos. Para Wallace (2020, p. 46) nenhuma invenção tecnológica, “não importa quantas microplacas automatizadas possam ser carregadas ou quanta capacidade de computação industrial se torne disponível”, será capaz de eliminar os danos causados ao meio ambiente com a emissão dos gases advindos do uso dos combustíveis fósseis. No estágio monopolista do capitalismo sob o comando das multinacionais, de acordo com o autor (WALLACE, 2020; 2020b), a tecnologia converte-se numa panaceia, quando na verdade ela é apenas uma mediação. Wallace (2016, p. 261) acentua que “muitas das principais inovações do agronegócio, tanto em tecnologia quanto na organização, originaram-se da escravidão”. Revelando, com efeito, que

As tecnologias muitas vezes servem como cavalos de Troia para o contrabando de novas relações sociais, neste caso, permitindo que o capital estrangeiro compre ou arrende a preços baixos o que até agora era terra soberana trabalhada por fazendeiros de subsistência, ou prendendo pequenos fazendeiros em espirais de produção de biotecnologia fortemente protegidas por direitos autorais. (WALLACE, 2016, p. 232).

É verdade que o conhecimento tecnocientífico nos trouxe grandes benefícios, conhecimentos e comodidades, mas com esse conhecimento veio também a factual ruína da terra. Torna-se imperiosa a tese na qual

Da ecologia profunda, da teoria da complexidade e da concepção de que a Terra (Gaia) é um organismo “vivo” auto-organizador surge a necessidade de uma nova relação do homem com o ambiente, sua casa, seus valores, seus costumes e emerge esta nova visão: a Terra é o nosso lar e o lar de todos os seres vivos e, por isso, somos todos responsáveis pelo futuro da humanidade. (MEDEIROS, 2012, p. 93).

3. Agronegócio, patógeno e fármaco

Robert Wallace (2016, p. 09) propõe o conceito de ecologia probiótica, cujo pressuposto são elementos relacionais baseados em uma diretriz metodológica segunda a qual o “contexto é causalidade”. A busca da causa se lhe afigura o melhor caminho para compreender a gênese da enfermidade. Ele afirma (Wallace, 2016; 2009; 2020; 2020c) que quase todas as doenças epidêmicas na atualidade são de origem zoonóticas. Inicialmente os patógenos instalam-se nos animais não humanos e, por sua vez, alojam-se nas células dos seres humanos.

No ano de 1940 foi comprovada a existência das transmissões de perfis zoonóticas. Daí os cientistas passaram a enfatizar a importância do manuseio da terra, as mudanças operadas na agricultura e na produção de alimentos. O realce é dado à interação entre agronegócio, devastação ecológica e eclosão viral. A ideologia dominante na área da saúde elide as conexões de causa e efeito entre produção de alimentos e doença (WALLACE *et al.*, 2020). Poder-se-ia dizer que essa ocultação serve para afastar a ideia de uma política dos patógenos, isto é, os vírus são considerados entidades não societárias.

Segundo Robert Wallace (2016; 2020) a origem dos surtos contagiosos encontra-se no agronegócio. Este modelo de produção se caracteriza pela concentração, pelo confinamento, desflorestamento e manipulação genética de múltiplos animais como aves, porcos e gado, extraíndo deles ovos, leite, e carne. Vale aqui transcrever as suas palavras:

O cultivo de monoculturas genéticas de animais domésticos remove todos os aceiros imunológicos disponíveis para desacelerar a transmissão. Tamanhos e densidades populacionais maiores facilitam maiores taxas de transmissão. Essas condições superlotadas deprimem a resposta imunológica. O alto rendimento, parte de qualquer produção industrial, fornece um suprimento continuamente renovado de suscetíveis,

o combustível para a evolução da virulência. Em outras palavras, o agronegócio está tão focado nos lucros que selecionar um vírus que pode matar um bilhão de pessoas é tratado como um risco digno. (WALLACE, 2020c, p. 04).

Conforme esclarece: “o agronegócio depende mais de intervenções como vacinas e antibióticos que geralmente não funcionam durante um surto” (WALLACE, 2020c, p. 78). E prossegue: essas “mercadorias lucrativas explicam a sobreposição e a fusão total entre o agronegócio, as empresas farmacêuticas e as empresas químicas” (WALLACE, 2020c, p. 79).

Robert Wallace (2020c), indo na contramão do jornalismo superficial, recusa a abordagem puramente biológica do surto, porquanto as relações sociais não estão apartadas na eclosão da pandemia. Esta teria a ver com a produção econômica e a matriz energética fóssil. Na proliferação virótica é fundamental “a pilhagem das florestas, abrindo a sociedade humana aos vírus, incluindo os morcegos que abrigam o Ebola e os coronavírus” (WALLACE, 2020c, p. 32). Refere-se às “florestas complexas, densas e isoladas” que “normalmente funcionam para conter patógenos dentro de suas populações hospedeiras e talvez algumas outras espécies” (WALLACE, 2020c, p. 32).

De acordo com o biólogo, a agricultura industrial, fusão “agro-farmacológico”, monopoliza o mercado mundial de alimentos com as “empresas sediadas nos países industrializados mais avançados para roubar a terra e os recursos dos países mais fracos” (WALLACE, 2016, p. 57). Disso a nefasta consequência é que milhares de novos “patógenos anteriormente controlados por ecologias florestais de longa evolução estão sendo libertados, ameaçando o mundo inteiro” (WALLACE, 2016, p. 59). Noutras palavras, o circuito globalizado do capital interfere na medicina, que é cada vez mais determinada pela indústria dos fármacos, cuja abrangência estende-se à propriedade fundiária, ao fabrico de alimentos, à produção das sementes e dos adubos químicos. A atual pandemia, adverte Wallace (2020; 2020a; 2020b; 2020c), enseja a crítica da medicina como mercadoria, porque a saúde depende menos dos hospitais, dos médicos e das tecnologias do que da comida, do uso da terra e da preservação da natureza. A boa saúde dos países é incompatível com o interesse do agronegócio.

Robert Wallace chama atenção para os fertilizantes nitrogenados. A agricultura com economia de escala e monocultura, esclarece o biólogo (2016; 2020), está subordinada à indústria química, ou seja, depende do adubo sintético que tem em sua composição o petróleo. Os pesticidas empregados no controle das pragas, produzidos a partir do mesmo insumo dos adubos químicos, geram mutações genéticas prejudiciais à vida das plantas e dos animais. Surgem daí as adversidades ecológicas: erosão do solo, esgotamento dos nutrientes, diversas contaminações, alimentos desnaturalizados e enfermidades patogênicas. O adubo químico, com

o decurso dos anos, deixa o solo estéril; ademais, é necessário aumentar cada vez mais a quantidade de química nas lavouras. O efeito disso é uma crescente degradação na qualidade dos alimentos.

A questão da adubagem é crucial na agricultura e na organização da sociedade. A crise da natureza está conectada a um processo social e econômico. Depois da Segunda Guerra Mundial iniciou-se na agricultura dos países hegemônicos o uso intensivo dos adubos (nitrogenados e fosfatados) com sulfato de amônia fabricado pelas multinacionais. O agronegócio foi um fator que levou ao deslocamento dos pequenos agricultores, provocando o êxodo rural, o inchaço das metrópoles e megalópoles. O “capital está liderando a grilagem de terras nas últimas florestas primárias e terras agrícolas mantidas por pequenos proprietários em todo o mundo” (WALLACE, 2016, p. 83). As consequências são desastrosas: “a complexidade que essas enormes extensões de terra representam estão sendo simplificadas de tal forma que os patógenos anteriormente encaixotados estão se espalhando para o gado local e as comunidades humanas.” (WALLACE, 2016, p. 85).

A produção agrícola de um insumo químico exige petróleo ou carvão mineral, o que significa que a agricultura mundial encontra-se na dependência de combustíveis fósseis. Ao contrário do que a mídia divulga, a biotecnologia não resolve a degradação do solo. A revolução “biotecnológica” na produção agrária, segundo Wallace (2016, p. 49), é uma propaganda patrocinada pela Monsanto e seu pesticida Roundup. O esfacelamento de biomas deve-se ao poder econômico das corporações multinacionais que alteram o equilíbrio do planeta. O equilíbrio termodinâmico da natureza está seriamente comprometido.

A “enfermidade ecológica” exige que se pense na atmosfera e em sua relação com o adubo (WALLACE, 2016, p. 96). A economia de escala é fecundada por um fertilizante sintético cuja contaminação química destrói as plantas, polui a água e danifica o solo. Por isso, de acordo com Robert Wallace (2016; 2020), é que a alimentação está provocando epidemias, câncer e outros males. “Nos últimos 15 anos, uma variedade sem precedentes de influências capazes de infectar humanos surgiu em todo o arquipélago global de fazendas industriais” (WALLACE, 2016, p. 85). O que Wallace deixa entrever é a urgência de se harmonizar civilização e ecologia, caso contrário, assistiremos cada vez mais à fatal explosão de epidemias e pandemias.

O fio condutor dos livros de Robert Wallace está nonexo causal entre as enfermidades e o modo pelo qual a terra é fertilizada com adubo nitrogenado de origem fóssil. A saúde depende da alimentação, principalmente de alimentos naturais que sejam nutritivos. São frequentes as associações que se depreendem das investigações de Wallace (2016; 2020) sobre a doença epidemiológica: é que a saúde vincula-se à agricultura e ao regime de propriedade

fundiária; o mal-estar do corpo humano seria decorrência da aliança mercantil entre a indústria multinacional de alimentos e a produção farmacêutica. Evidentemente que em uma coisa e noutra avulta a onipresença do combustível fóssil. A empresa produtora de remédios é a mesma que opera na agricultura com agrotóxicos e adubos químicos. A fusão dessas grandes corporações poderia ser definida pelo hibridismo agrofarmacoquímico-business. Essa combinação condiciona as pesquisas científicas, pois estas são financiadas pelas grandes empresas. No intuito de “proteger os interesses do agronegócio, mesmo quando suas operações fracassam ou falham, as multinacionais também financiam políticos ou apresentam seus próprios candidatos” (WALLACE, 2020, p. 66). Acreditamos que não foi por leviandade que o pesquisador denominou de “capitalismo tóxico” a produção de alimentos (WALLACE, 2020, p. 18).

Trata-se de um sistema agroalimentar e de saúde que funciona integrado internacionalmente a exemplo da Cargill e Philip Morris na produção de tabaco e comida. É óbvio que os governos nacionais não controlam esse sistema mundial de alimentação, o qual é refratário à agricultura familiar com pequenas propriedades:

Nas últimas três décadas, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial concederam empréstimos aos países mais pobres, condicionados à remoção do apoio aos mercados domésticos de alimentos. Os pequenos agricultores não podem competir com as importações corporativas mais baratas subsidiadas pelo Norte global. Muitos agricultores ou desistem de uma vida nas margens periurbanas ou são forçados a contratar seus serviços – suas terras, seu trabalho – para multinacionais de pecuária agora livres para se mudar. (WALLACE, 2016, p. 103).

De acordo com Robert Wallace (2016), a natureza encontra-se neoliberalizada, de modo que o conceito de neoliberalismo aplica-se à esfera gastrointestinal. O neoliberalismo no setor econômico interfere no universo biológico. O surto viral está diretamente associado à industrialização da comida. Isso significa que a razão imperativa da lucratividade se revela à medida que “os animais industriais alcançam o tamanho certo” para serem abatidos (WALLACE, 2016, p. 110). Assim, as contaminações zoonóticas “devem atingir seu limite de transmissão rapidamente em qualquer animal, antes que o frango, pato ou porco seja sacrificado” (WALLACE, 2016, p. 111). Insiste que a busca exclusiva do valor de troca na agroindústria torna “problemática a mercadoria que é extraída da natureza” (WALLACE, 2016, p. 68). Em última instância essa relação conflituosa compromete a biossegurança do sistema alimentar. “A biossegurança da indústria, sua capacidade de responder tecnicamente a uma doença de sua própria fabricação às custas de seus rivais da pequena propriedade, serve como a própria lógica da indústria” (WALLACE, 2016, p. 240).

A produção de vacina, sua comercialização e sua distribuição têm de ser incorporadas nas análises sobre a dinâmica social da pandemia. Nesse aspecto atente-se para o caráter dependente da economia brasileira: com exceção do álcool, um dos indispensáveis produtos na prevenção e combate ao vírus, todos os outros são importados ou patenteados por corporações multinacionais. Respiradores, luvas, máscaras e demais utensílios hospitalares. Não é diferente com a vacina, pois mesmo que esta seja produzida em parceria com os nossos laboratórios, suas composições químicas são protegidas e resguardadas pela lei das patentes. O direito de patentear os alimentos e os seres vivos permite que as corporações farmacêuticas estrangeiras tomem conta da saúde e da agricultura. O detentor de patente passa a ser o dono do país e de seu patrimônio genético. É o monopólio da oligarquia farmacêutica multinacional. É a reserva de mercado aos interesses externos dos fármacos:

A última manobra envolve bloquear esforços para reformar o sistema mundial de vacinas contra a gripe. De acordo com a Rede Global de Vigilância da Influenza (GISN), os países têm, nos últimos cinquenta e cinco anos, encaminhado anualmente amostras de cepas de influenza prevalentes para a Organização Mundial da Saúde. A OMS oferece as amostras gratuitamente às empresas farmacêuticas que desejam fabricar vacinas. As empresas posteriormente vendem as vacinas com lucro. As vacinas são assim disponibilizadas apenas às populações que podem pagar, nomeadamente pessoas que vivem em países altamente industrializados. (WALLACE, 2016, p. 22).

Com a lei das patentes no mundo todo a partir de 1990 evidenciou-se a conexão intrínseca entre a “*big flu*” e o sistema econômico, de que resultam as “gripes panzoóticas” (WALLACE, 2016, p. 333).

O que singulariza a abordagem de Robert Wallace é a análise da irracionalidade desse sistema econômico revelando o caráter extraepidemiológico do coronavírus. Daí os lucros privatizados e a socialização dos custos (WALLACE, 2009). Essa dinâmica é determinada pelas “empresas estrangeiras, com o objetivo de reduzir os custos de produção”, que compram e consolidam os “pequenos produtores em países mais pobres” (WALLACE, 2016, p. 106). Os pequenos agricultores devem “comprar suprimentos aprovados pela transnacional e nem sempre têm a garantia de que suas aves serão compradas de volta por seus parceiros transnacionais a um preço justo de mercado” (WALLACE, 2016, p. 106). Adiciona também o fato de que os acordos de livre comércio “são apenas um meio pelo qual as empresas de pesticidas transformam agricultores independentes em todo o mundo em meeiros presos em espirais de produção patenteadas” (WALLACE, 2016, p. 272). Tudo se aglutina em seu pensamento: agronegócio, finança global, destruição ambiental e mudança climática.

Há que fazer menção ao cientista pesquisador do Departamento de Epidemiologia da Saúde Mental do Instituto Psiquiátrico do Estado de Nova York, Rodrick Wallace. Ele escreveu em parceria com seu filho, Robert Wallace, livros e artigos confrontando a fabricação de alimentos agroindustriais, as epidemias e o sistema de saúde pública. A tendência do capitalismo, segundo os epidemiologistas (2020), é privatizar progressivamente todas as atividades econômicas. A tese repisada por Rodrick e Robert Wallace é a de que quanto mais aumenta a economia de escala na produção de alimentos, menos saúde pública existe na sociedade. De acordo com eles

Falhas no conflito da saúde pública com o agronegócio produziram danos colaterais em milhões de pessoas e animais atingidos por patógenos mortais e outras repercussões ambientais que se propagam muito além do portão da fazenda. O confronto pode ser resolvido a favor da população em geral, permitindo a reprodução social de geração em geração em face do que atualmente é uma série de protopandemias. (WALLACE, LIEBMAN, BERGMANN e WALLACE, 2020, p. 21).

Em geral os especialistas, os assim chamados profissionais da saúde, submetidos à divisão intelectual do trabalho, quase nunca cogitam que as epidemias têm a ver com o neoliberalismo tal qual a emergência virótica do Ebola em determinadas áreas da África Ocidental, principalmente com o regime de propriedade e o uso da terra, enfim, com a agricultura intensiva e a desflorestação. O autor insiste em suas entrevistas e livros que as infecções por vírus não surgem do nada, e sim da dinâmica agrofóssil. Há no coronavírus o nexos entre “economia e epizootologia” (WALLACE, 2020b, p. 02). Robert Wallace presta assessoria à Food and Agriculture Organization of the United Nations e não negligencia as medidas preventivas na contenção das epidemias, incluindo as vacinas que, apesar de sua enorme importância, não são capazes de suprimir o contexto socioeconômico na circulação das doenças.

A vacina é absolutamente imprescindível. Contudo não significa que ela possa eliminar o surto viral em si mesmo. Robert Wallace atribui à economia fóssil a gênese das doenças contagiosas sublinhando inúmeras vezes que as fazendas especializadas em monoculturas de frangos, porcos e gados os produzem de modo vertical e integrado: da fertilização ao freezer, esse é o procedimento comum das empresas Bayer, Basf, BRF, JBS, Syngenta, Bunge, Cargill, SmithfieldFoods e Tyson Foods. Robert Wallace (2020, p. 39) não hesita em denominar o Covid-19 de “doença neoliberal” enredada nos circuitos globalizados do capital com viagens aéreas e comércio mundial dos alimentos.

Referências

CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

LEFF, Henrique. Epistemologia Ambiental. Tradução de Sandra Valenzuela. 4. ed. revista. São Paulo: Cortez, 2007.

MEDEIROS, Alessandro Melo. O paradigma ecológico, a teoria da complexidade e a questão ambiental. In: FERREIRA, Gerson André Albuquerque; RODRIGUES, Renan Albuquerque Rodrigues, (orgs.). Amazônia: chaves múltiplas para a interpretação da realidade. São Paulo: Scortecci, 2012.

MORIN, Edgar. Ciência com Consciência. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dora. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

WALLACE, Robert G. Big Farms Make Big Flu: Dispatches on Influenza, Agribusiness, and the Nature of Science. New York: Monthly Review Press, 2016.

WALLACE, Robert G. Dead Epidemiologists: On the Origins of Covid-19. New York: Monthly Review Press, 2020.

WALLACE, Robert G. Breeding Influenza: The Political Virology of Offshore Farming. Antipode, New York, Volume 41, Issue 5, November, 2009, Pages 916-951. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1467-8330.2009.00702.x>. Acesso em: 20 out. 2020.

WALLACE, Robert G. Capitalist agriculture and Covid-19: A deadly combination. Climate & Capitalism, New York March 11, 2020a. Disponível em: <https://climateandcapitalism.com/2020/03/11/capitalist-agriculture-and-covid-19-a-deadly-combination/>. Acesso em: 20 out. 2020.

WALLACE, Robert G. Competing with Nature: COVID-19 as a Capitalist Virus. Interview granted to Ashley Smith. Spectre Journal, New York, October 16, 2020b. Disponível em: <https://spectrejournal.com/competing-with-nature/>. Acesso em: 26 out. 2020.

WALLACE, Robert G. Where did coronavirus come from, and where will it take us? Interview granted to Yaak Pabst. Uneven Earth, New York, March 12, 2020c. Disponível em: <https://unevenearth.org/2020/03/where-did-coronavirus-come-from-and-where-will-it-take-us-an-interview-with-rob-wallace-author-of-big-farms-make-big-flu/>. Acesso em: 20 out. 2020.

WALLACE, Rodrick; LIEBMAN, Alex; BERGMANN, Luke; WALLACE, Robert. Agribusiness vs. Public Health: Disease Control in Resource-Asymmetric Conflict. French, Hal Open Science: Archives-Ouvertes, HAL Id: hal-02513883, 2020. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02513883/document>. Acesso em: 25 out. 2020.